



Escola de Administração  
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
Procurador do Distrito Federal - 2004

# Prova Objetiva

## INSTRUÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_ Nº Inscrição: \_\_\_\_\_

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, **obrigatoriamente**, que ser assinado no verso. Este CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído, portanto não o rasure nem o amasse.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS e a elaboração da prova discursiva.
- 4 - Neste caderno, há **100 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar as bordas.
- 6 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 7 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 8 - Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 9 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 8.9 do edital.
- 10 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que **não** poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a **não**-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 11 - A prova objetiva está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Direito Constitucional	01 a 18	3
Direito Tributário, Financeiro e Processo de Execução Fiscal	19 a 31	
Direito Civil	32 a 46	
Direito Processual Civil	47 a 65	
Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	66 a 73	
Direito Administrativo	74 a 91	
Direito Comercial	92 a 96	
Direito Penal e Processual Penal	97 a 100	

**Boa Prova !**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01- Suponha a existência de uma lei ordinária regularmente aprovada com base no texto constitucional de 1969, a qual veicula matéria que, pela Constituição de 1988, deve ser disciplinada por lei complementar. Com base nesses elementos, pode-se dizer que tal lei
- foi revogada por incompatibilidade formal com a Constituição de 1988.
  - incorreu no vício de inconstitucionalidade superveniente em face da nova Constituição.
  - pode ser revogada por outra lei ordinária.
  - foi recepcionada como lei ordinária, mas somente pode ser modificada por lei complementar.
  - pode ser revogada por emenda à Constituição Federal.
- 02- Considerando os efeitos da Constituição de 1988 sobre a ordem jurídica brasileira, assinale a única opção compatível com as regras de direito constitucional intertemporal vigentes no direito pátrio.
- O tratamento oferecido pelo legislador ordinário ao instituto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, possibilitando ao Supremo Tribunal Federal a resolução de controvérsia constitucional sobre leis ou atos normativos anteriores à Constituição de 1988 mediante decisão dotada de eficácia contra todos e efeito vinculante, implicou a adoção no direito constitucional brasileiro da chamada teoria da inconstitucionalidade superveniente, até então não aceita pelo Tribunal.
  - A legislação federal anterior à Constituição de 1988 e regularmente aprovada com base na competência da União definida no texto constitucional pretérito é considerada recebida como estadual ou municipal se a matéria por ela disciplinada passou segundo a nova Constituição para o âmbito de competência dos Estados ou dos Municípios, conforme o caso, não se podendo falar em revogação daquela legislação em virtude dessa mudança de competência promovida pelo novo texto constitucional.
  - Em virtude do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal de que os Estados-membros podem com base na Constituição atual adotar medidas provisórias com força de lei, ficaram convalidados os decretos-leis estaduais aprovados na vigência da Constituição anterior, que vedava a adoção dessa modalidade legislativa por parte de tais entes federativos.
  - A declaração em arguição de descumprimento de preceito fundamental de que uma determinada lei não foi recepcionada pelo texto constitucional torna aplicável a legislação anterior por ela revogada, acaso existente.
  - A lei posterior à Constituição de 1988, mas anterior à reforma desta Carta validamente promovida por emenda constitucional com a qual referida lei é materialmente incompatível, é considerada revogada para todos os efeitos apenas a partir do instante em que o Supremo Tribunal Federal reconhece tal situação em decisão definitiva proferida em recurso extraordinário ou em arguição de descumprimento de preceito fundamental, e não a partir da entrada em vigor daquela emenda.
- 03- O Estado de Direito é princípio fundamental da ordem constitucional brasileira e, na Constituição de 1988, está densificado por uma série de outros princípios constitucionais que lhe revelam o conteúdo, conforme preconiza a doutrina do direito constitucional. Com base nisso, aponte abaixo a única opção correta com relação ao conteúdo constitucional do referido princípio.
- A configuração constitucional do princípio do acesso à justiça, quanto aos beneficiários do direito à assistência jurídica integral e gratuita prestada pela Defensoria Pública ou por quem lhe faça as vezes, apenas obriga o Estado e efetuar esse serviço aos que comprovarem insuficiência de recursos.
  - Não viola os princípios da separação dos Poderes e da constitucionalidade das leis considerar que a sanção do Presidente da República a projeto de Lei que deveria ser de sua iniciativa privativa, mas que fora apresentado ao Poder Legislativo por parlamentar convalida o vício formal de iniciativa.
  - Em virtude de sua subordinação ao princípio da legalidade da administração, o chefe do Poder Executivo não está autorizado a determinar que seus subordinados deixem de aplicar leis, mesmo as que entender flagrantemente inconstitucionais.
  - Por força do princípio da segurança jurídica, a lei, com exceção das disposições de ordem pública que eventualmente contiver, não retroagirá para prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
  - Pelo princípio da força normativa da Constituição, apenas as normas constitucionais que apresentam todas as condições de eficácia vinculam, de alguma forma, os poderes públicos.
- 04- É característica do regime da revisão constitucional consagrada no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:
- sessão bicameral.
  - quorum de aprovação de três quintos dos votos dos parlamentares de cada Casa do Congresso Nacional, separadamente.
  - iniciativa de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
  - quorum de aprovação da maioria absoluta dos votos dos membros do Congresso Nacional, em sessão conjunta.
  - cláusula pétrea da forma republicana de governo.

- 05- Indique entre as opções abaixo a única em que há afirmação destoante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca dos limites constitucionais ao poder de reforma.
- Por não admitirem sanção ou veto presidencial, não podem as emendas constitucionais instituir tributo, uma vez que essa atitude implicaria ofensa à cláusula pétreia da separação dos Poderes.
  - As cláusulas pétreas não inibem toda e qualquer alteração da sua respectiva disciplina constante das normas constitucionais originárias, não representando assim a intangibilidade literal destas, mas compreendem a garantia do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nelas se protege.
  - Os direitos e garantias individuais que representam limite ao poder de reforma não se encontram exclusivamente no art. 5º da Constituição Federal.
  - As disposições constitucionais relativas a determinado regime de remuneração dos servidores públicos não podem deixar de ser modificadas sob o argumento de que sobre elas há direito adquirido.
  - Não apresenta vício formal a emenda constitucional que, tendo recebido modificação não substancial na Casa revisora, foi promulgada sem nova apreciação da Casa iniciadora quanto à referida alteração.
- 06- Aponte entre as opções abaixo a única hipótese de decisão em que a reclamação fundada na garantia da autoridade das decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal não seria cabível.
- Decisão definitiva de mérito em ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente, com a proclamação da constitucionalidade da norma objeto de impugnação.
  - Decisão definitiva de mérito em ação declaratória de constitucionalidade julgada procedente, com a proclamação da constitucionalidade da norma objeto de apreciação.
  - Decisão definitiva de mérito em ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, com a utilização de interpretação conforme a Constituição.
  - Decisão liminar em ação declaratória de constitucionalidade que concede medida cautelar requerida pelo autor da ação.
  - Decisão liminar em ação direta de inconstitucionalidade que indefere medida cautelar requerida pelo autor da ação.
- 07- Com relação ao papel constitucional do recurso extraordinário como instrumento do controle de constitucionalidade, assinale a única proposição incorreta.
- É possível em recurso extraordinário julgado na vigência da Constituição de 1988 declarar a inconstitucionalidade de lei anterior a essa Carta por incompatibilidade material ou formal com a Constituição pretérita.
- Nas causas relativas a direitos subjetivos, a decisão definitiva em recurso extraordinário comunicada ao Senado Federal gera para essa Casa legislativa a faculdade de suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal no julgamento daquele recurso, exceto se essa lei for municipal ou distrital, quando aprovada, neste último caso, pelo Distrito Federal no exercício de competência municipal.
  - A decisão definitiva em recurso extraordinário que modifica a conclusão de acórdão proferido por Tribunal de Justiça em ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente pela Corte estadual para julgá-la procedente, com a declaração de inconstitucionalidade da lei, no Plenário do Supremo Tribunal Federal, goza de eficácia contra todos (*erga omnes*), sendo dispensada a sua comunicação ao Senado Federal.
  - O Supremo Tribunal Federal poderá atribuir efeito retroativo (*ex tunc*) às decisões proferidas em recurso extraordinário.
  - O Supremo Tribunal Federal poderá atribuir efeito prospectivo (*ex nunc*) às decisões proferidas em recurso extraordinário.
- 08- Apesar de a adoção do princípio republicano traduzir o caráter laico do Estado brasileiro, ainda assim a Constituição de 1988, em virtude do seu apego aos direitos fundamentais do cidadão, não deixou de dar atenção à importância que o elemento religioso tem na sociedade. Considerando a disciplina constitucional acerca do assunto, aponte entre as hipóteses abaixo, a única opção incorreta.
- É vedado o ensino religioso como disciplina de matrícula obrigatória dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
  - Constitui vedação constitucional de caráter federativo o estabelecimento de aliança entre as unidades da Federação e igrejas, inclusive os representantes destas, sendo possível, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
  - A alegação de imperativo de consciência em virtude de crença religiosa não pode ser feita por quem, não sendo mulher ou eclesiástico, pretender, em tempo de paz, se eximir do alistamento militar.
  - O cidadão poderá ser privado de seus direitos por motivo de crença religiosa se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
  - É assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, não podendo a lei, em virtude do livre exercício dos cultos religiosos e da inviolabilidade da liberdade de crença, estabelecer restrições àquela prestação.

- 09- Supondo que as proposições abaixo constassem do texto de uma Constituição estadual, aponte a única opção que seria compatível com os limites impostos pela Constituição de 1988 à autonomia constitucional dos Estados-membros.
- No primeiro ano da legislatura, a Assembléia Legislativa reunir-se-á em sessões preparatórias para a posse de seus membros e eleição da respectiva Mesa, para mandato de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
  - O Governador do Estado, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
  - O Ministério Público estadual formará lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Governador do Estado após aprovação pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
  - A não execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares constitui crime de responsabilidade.
  - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre matéria tributária.
- 10- Entre as opções abaixo, aponte a única assertiva compatível com o princípio da separação dos Poderes inscrito na Constituição Federal.
- Ao Poder Legislativo é conferida a atribuição para sustar os atos normativos do Poder Executivo, podendo inclusive, essa função fiscalizadora, recair sobre os decretos que não exorbitarem da função regulamentar.
  - A Constituição de Estado-membro pode atribuir competência ao Governador para dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, não havendo ilegalidade ou inconstitucionalidade se tal decreto revogar lei anterior em sentido contrário.
  - Ao Poder Legislativo é facultado conceder mediante lei autorização genérica ao chefe do Poder Executivo para dispor, segundo o juízo de conveniência deste, dos bens móveis e imóveis da respectiva unidade da Federação, sem individualizar no texto legal os bens públicos objeto da autorização.
  - Lei cujo projeto tenha sido de iniciativa parlamentar pode prever eleições diretas, com participação da comunidade escolar, para os cargos de direção das instituições públicas de ensino.
  - O Poder Legislativo está autorizado a aprovar lei em cujos dispositivos se declarem nulas e de nenhuma eficácia, por serem inconstitucionais, outras leis de sua autoria.
- 11- Assinale abaixo a única hipótese em que foram atendidas as normas básicas do processo legislativo fixado na Constituição Federal.
- Desde de que não impliquem aumento da despesa prevista, as emendas parlamentares a projetos de lei sobre organização dos serviços administrativos do Poder Judiciário podem dispor sobre matéria diversa daquela que é objeto da proposta inicial.
  - Podem as Leis Orgânicas dos Municípios estabelecer que a competência para iniciar o processo legislativo é, como regra, do chefe do Poder Executivo municipal e, apenas como exceção, da Câmara Municipal.
  - É de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo estadual a lei que disponha sobre organização do Ministério Público do Estado.
  - Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, que, ao concluir a votação, enviará o respectivo projeto para sanção ou veto do chefe do Poder Executivo estadual.
  - Podem as Constituições estaduais estabelecer a exigência de lei complementar para matérias que, segundo a Constituição Federal, são disciplinadas por lei ordinária cujo projeto seja de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.
- 12- Assinale abaixo a hipótese em que se descreve prerrogativa compatível com o estatuto constitucional do Procurador de Estado.
- Foro especial por prerrogativa de função junto ao Tribunal de Justiça, nos crimes de responsabilidade definidos em lei.
  - Estabilidade após 3 (três) anos de exercício efetivo, aplicando-se-lhe, no tocante a esta, a mesma disciplina prevista para os servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, inclusive quanto à perda do cargo, naquilo em que o regime que lhe é próprio não for derogante do regime comum.
  - Monopólio da representação judicial da pessoa jurídica de direito público a que estiver vinculado, excludente da capacidade desta para conferir mandato *ad judicium* a outros advogados para causas especiais.
  - Foro especial por prerrogativa de função junto ao Tribunal de Justiça, nos crimes dolosos contra a vida.
  - Independência funcional.
- 13- No âmbito do Distrito Federal, a criação e a extinção de Regiões Administrativas far-se-ão:
- por lei complementar de iniciativa de qualquer membro ou Comissão da Câmara Legislativa, do Governador do Distrito Federal ou dos cidadãos, na forma prevista na Lei Orgânica.
  - por lei complementar, mediante prévia aprovação da população diretamente interessada.
  - por lei de iniciativa privativa do Governador do Distrito Federal.
  - por decreto autônomo do Governador do Distrito Federal.
  - por emenda à Lei Orgânica.

- 14- Quanto ao regime dos direitos, garantias e deveres fundamentais, consagrado na Constituição de 1988, é correto afirmar que
- os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal não poderão ser objeto de restrição ou suspensão, salvo na vigência de estado de defesa ou estado de sítio.
  - emenda à Constituição não pode abolir o dever fundamental de votar.
  - os direitos individuais estão garantidos contra o poder de emenda, mas não contra o poder de revisão constitucional.
  - os direitos e garantias expressos na Constituição Federal têm aplicabilidade imediata, o que significa dizer que são assegurados materialmente independentemente de qualquer prestação positiva por parte dos poderes públicos.
  - a reprodução em emenda constitucional de direito constante de tratado internacional sobre direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte eleva esse direito no ordenamento jurídico brasileiro a *status* constitucional.
- 15- O argumento financeiro tem sido determinante na construção de alguns posicionamentos firmados na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, condicionando muitas vezes a efetivação de direitos e o cumprimento de tarefas previstos constitucionalmente. Com base nisso, indique entre os posicionamentos a seguir aquele que está em concordância com a prática da Corte.
- Ante a similaridade entre as situações da mãe adotiva e da mãe biológica, o Supremo Tribunal Federal valeu-se do recurso da analogia para estender à primeira a licença à gestante garantida pela Constituição apenas à segunda, enquanto não sobreviesse lei promovendo a equiparação.
  - Nos casos de inconstitucionalidade por omissão parcial, decorrente de exclusão de benefício violadora do princípio da isonomia, o Poder Judiciário está autorizado a conceder à parte prejudicada a extensão, por via jurisdicional, das vantagens que foram outorgadas, por lei, a outros indivíduos, se verificar que o sujeito excluído se encontra nas mesmas condições fáticas que levaram à concessão da vantagem aos primeiros beneficiários.
  - A intervenção federal para prover a execução de ordem ou decisão judicial consistente na determinação de depósito para pagamento de precatórios judiciais de natureza alimentícia sujeita-se à chamada reserva do financeiramente possível, e não será requisitada se o ente federativo estadual ou distrital comprovar empenho no cumprimento de suas obrigações constitucionais e demonstrar a existência de risco à continuidade da prestação de serviços públicos essenciais à população, caso seja forçado àquele pagamento.
- A determinação inserta em Constituição de Estado-membro ou na Lei Orgânica do Distrito Federal para que esses entes apliquem anualmente percentual mínimo de seus orçamentos gerais em programas de assistência à criança e ao adolescente é uma exceção à norma constitucional federal que veda a vinculação de receita de imposto a despesa.
  - Com base no direito social à moradia, tanto os Municípios como o Distrito Federal podem destinar parcela de sua arrecadação em imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana a financiamento de programas habitacionais.
- 16- Aponte o enunciado que está em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do mandado de injunção.
- É cabível o mandado de injunção nos casos em que o Congresso Nacional se mostra omissivo em expedir decreto legislativo disciplinando as relações decorrentes de medida provisória não convertida em lei.
  - É caso de deferimento parcial do mandado de injunção pelo Supremo Tribunal Federal quando a norma infraconstitucional regulamentadora do direito ou liberdade constitucional oferece disciplina insatisfatória aos interesses do impetrante, por ser injusta ou inconstitucional.
  - É admissível o mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal mesmo naquelas hipóteses em que, impetrado por organização sindical, estiver destinado a constatar a ausência de norma que inviabilize o exercício de direito ou liberdade constitucional de seus filiados.
  - É caso de deferimento integral do mandado de injunção pelo Supremo Tribunal Federal quando a norma constitucional asseguradora de um determinado benefício possibilitar a sua fruição independentemente da edição de um ato normativo intermediário pelo Poder Legislativo.
  - É cabível mandado de injunção com a finalidade de corrigir exclusão pecuniária incompatível com o princípio da igualdade, como nos casos em que, em virtude do exercício imperfeito do poder de legislar, se pretende a equiparação de vencimentos entre servidores que não foram, todos, contemplados na lei garantidora do benefício.
- 17- O exercício do poder não pelo seu titular, mas por órgãos de soberania que atuam no interesse do povo constitui o sentido essencial do:
- princípio da dignidade da pessoa humana.
  - princípio do sufrágio.
  - princípio do pluralismo político.
  - princípio da representação.
  - princípio da soberania popular.

18- Não viola os princípios constitucionais do concurso público e do acesso a cargos, empregos e funções públicas:

- a) O estabelecimento de progressão funcional para permitir o acesso de ocupantes de cargos de nível médio a cargos de nível superior.
- b) A substituição provisória de servidor público em cargo efetivo por servidor público ocupante de cargo efetivo de outra carreira.
- c) O aproveitamento de servidor ocupante de cargo extinto para ocupar cargo recém criado com diferentes atribuições.
- d) A extensão a ocupante de emprego público de direitos exclusivos de ocupantes de cargo público.
- e) A exigência em lei de exame psicotécnico para ingresso em determinada carreira jurídica.

---

**DIREITO TRIBUTÁRIO, FINANCEIRO E PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL**

19- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta:

- I. É indevida a exigência do IPTU em relação aos imóveis alugados a terceiros, pertencentes às entidades que gozam de imunidade tributária, referidas no art. 150, VI, c, da Constituição Federal, desde que a renda dos aluguéis seja aplicada nas finalidades essenciais de tais entidades.
- II. A imunidade tributária conferida pelo art. 150, VI, c, da Constituição Federal às instituições de assistência social sem fins lucrativos alcança as entidades fechadas de previdência social que conferem benefícios aos seus filiados mediante o recolhimento das contribuições pactuadas.
- III. Os Estados e o Distrito Federal não têm competência para instituir empréstimo compulsório, ainda que se destine ao atendimento de despesas extraordinárias de caráter urgente que decorram de calamidade pública.
- IV. A Constituição Federal impede que as contribuições sociais para a seguridade social tenham base de cálculo própria de impostos.

- a) somente I, II e III são verdadeiras.
- b) somente I e III são verdadeiras.
- c) somente II e III são verdadeiras.
- d) somente I, III e IV são verdadeiras.
- e) somente III e IV são verdadeiras.

20- Marque a opção que apresenta resposta correta, considerando as assertivas abaixo.

- I. O pedido de parcelamento do débito não configura denúncia espontânea para efeito de exclusão da multa moratória.
- II. A vedação de incidência de correção monetária de créditos escriturais do ICMS não constitui violação dos princípios constitucionais da não-cumulatividade e da isonomia.
- III. Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas mínimas e máximas do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- IV. Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas máximas do imposto sobre propriedade de veículos automotores.

- a) somente I, II e III são verdadeiras.
- b) somente II e III são verdadeiras.
- c) somente I e II são verdadeiras.
- d) somente I, III e IV são verdadeiras.
- e) somente III e IV são verdadeiras.

21- Preencha as lacunas dos textos abaixo e escolha, em seguida, a opção que contém a seqüência correta.

- \_\_\_\_\_ que o Judiciário, em obséquio ao princípio da isonomia, estenda isenção tributária a contribuintes não contemplados pela lei que a instituiu.
  - Aos Estados e ao Distrito Federal \_\_\_\_\_ estabelecer hipótese de imunidade tributária em relação a fato que está sujeito à incidência de ICMS.
  - Prova literal da constituição do crédito fiscal \_\_\_\_\_ para a concessão da medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992.
  - Do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar fiscal \_\_\_\_\_ agravo de instrumento.
- a) Não se admite / não cabe / é essencial / caberá
  - b) Admite-se / não compete / é indispensável / não caberá
  - c) É permitido / não é facultado / é exigida / é facultada a interposição de
  - d) Não é legítimo / não é atribuído / é dispensável / não caberá
  - e) Não é permitido / não compete / é requisito indispensável / não se admitirá

22- Avalie as indagações a seguir, e em seguida assinale a opção de resposta correta:

- As normas complementares compreendidas na expressão “legislação tributária”, de que trata o Código Tributário Nacional, que versem sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes estão, do ponto de vista da hierarquia, em plano superior às leis, aos tratados e às convenções internacionais?
- O Código Tributário Nacional estabelece que, salvo disposição em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor na data da sua publicação?
- Em obséquio ao princípio da irretroatividade da lei, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou?
- As contribuições sociais para a seguridade social somente poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado?

- a) Sim, sim, não, não
- b) Sim, não, não, sim
- c) Não, não, sim, sim
- d) Sim, não, sim, não
- e) Não, sim, não, sim

23- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, assinale a opção que apresenta resposta correta.

- ( ) É legítima a cobrança de IPTU de lotes vagos e prédios comerciais de entidade religiosa.
- ( ) É admitida a cobrança cumulada de taxa de serviço de limpeza de logradouros públicos e de coleta domiciliar de lixo.
- ( ) É lícita a utilização de informes pertinentes à CPMF para a constituição de crédito tributário relativo a impostos.
- ( ) Os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos são abrangidos por imunidade tributária.

- a) F, F, V, F
- b) F, V, V, F
- c) F, F, V, V
- d) V, F, V, V
- e) V, F, F, F

24- Em relação ao ICMS e sua disciplina na Constituição Federal, marque a assertiva que apresenta resposta correta.

- a) Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou dos Governadores de Estados e do Distrito Federal ou, ainda, de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- b) Cabe a lei complementar estabelecer alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados.
- c) Quanto às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual, quando o destinatário não for contribuinte do imposto.
- d) É facultado ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- e) Não incide sobre a entrada de bem importado do exterior por pessoa física, no caso de o bem não se destinar ao emprego em atividade profissional, comercial ou industrial.

25- Em relação ao tema interpretação e integração da legislação tributária, regulado pelo Código Tributário Nacional, avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- ( ) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, suspensão ou extinção do crédito tributário e outorga de isenção.
- ( ) Em caso de dúvida quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades.
- ( ) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei; o da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) V, F, V
- e) F, V, V

26- Avalie as indagações abaixo e em seguida assinale a opção de resposta correta.

- Extinguem o crédito tributário a decisão administrativa irreformável (decisão definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória), a remissão e a anistia?
- A remissão, a compensação, a decadência e a dação em pagamento em bens móveis extinguem o crédito tributário?
- Suspendem a exigibilidade do crédito tributário o depósito do seu montante integral, as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, a isenção e a concessão de tutela antecipada em ação judicial?
- O Código Tributário Nacional admite que a autoridade administrativa, desde que observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária, desconsidere atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária?

- a) Não, sim, sim, não
- b) Não, não, não, sim
- c) Não, sim, não, sim
- d) Sim, não, não, não
- e) Sim, sim, sim, não

27- Preencha as lacunas dos textos abaixo e escolha, em seguida, a opção que contém a seqüência correta.

- O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu (ADIN nº 1.851, de 8 de maio de 2002) pela constitucionalidade da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 13, de 1997, ex vi do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição Federal, atentando para a finalidade do instituto da substituição tributária que, pela presunção dos valores em cotejo, viabiliza a arrecadação do ICMS. Assim, é vedada a restituição do ICMS quando a operação subsequente à cobrança do imposto realizar-se com valor inferior ao recolhido antecipadamente em face de base de cálculo presumida. Diante desse quadro, nos casos de não-realização do fato gerador presumido, \_\_\_\_\_ a repetição dos valores recolhidos.
  - Títulos da dívida pública que reúnam requisitos de validade, liquidez e exigibilidade \_\_\_\_\_ ser recusados pela Fazenda Pública titular do executivo fiscal, \_\_\_\_\_ observada a gradação legal.
  - \_\_\_\_\_ a prescrição intercorrente do processo executivo fiscal, se este permanece inerte pelo prazo de \_\_\_\_\_, aguardando diligência da Fazenda Pública para movimentá-lo.
- a) não se permite / devem / se não / Consuma-se / cinco anos
  - b) admite-se / podem / ainda que / Ocorre / cinco anos
  - c) não se admite / não podem / se / Não ocorre / dois anos
  - d) é permitida / não podem / se / Consuma-se / cinco anos
  - e) não é admissível / podem / mesmo que / Ocorre / dois anos

28- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- ( ) No caso de bem importado do exterior, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento do desembarço aduaneiro. Na hipótese de entrega do bem antes do desembarço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador nesse momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição em contrário, exigir a comprovação do pagamento do imposto.
- ( ) Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da entrada, no território do Estado, de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando destinados à comercialização ou à industrialização.
- ( ) Na ação de repetição de indébito tributário, a correção monetária e os juros moratórios são devidos a partir do pagamento indevido.

- a) V, F, F
- b) F, V, V
- c) V, F, V
- d) F, F, V
- e) V, V, F

29- Avalie as indagações abaixo e, em seguida, assinale a opção que apresenta resposta correta.

- Admite-se a progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel?
  - Na venda de salvados de sinistro pela seguradora incide o ICMS?
  - Admite-se que os Municípios e o Distrito Federal, mediante decreto, atualizem o IPTU em percentual superior ao índice oficial de correção monetária?
  - O campo de incidência do IPVA inclui embarcações e aeronaves?
- a) Não, sim, não, sim
  - b) Não, não, sim, sim
  - c) Sim, não, não, não
  - d) Sim, não, sim, não
  - e) Sim, sim, não, não



30- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- ( ) A impetração de mandado de segurança ou a propo-  
situra, pelo contribuinte, de ação de repetição do  
indébito ou ação anulatória do ato declarativo da  
dívida, esta precedida do depósito preparatório do  
valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido  
dos juros e multa de mora e demais encargos, implica  
renúncia ao direito de recorrer na esfera administrai-  
va e desistência do recurso acaso interposto.
- ( ) Extingue-se a punibilidade dos crimes contra a ordem  
tributária, definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezem-  
bro de 1990, quando o agente promove o pagamento  
do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios,  
no prazo de trinta dias, contado da sentença.
- ( ) Não é permitido à administração tributária remeter ao  
Ministério Público representação fiscal para fins  
penais relativa aos crimes contra a ordem tributária  
praticados por particulares, definidos nos arts. 1º e 2º  
da Lei nº 8.137, de 1990, antes de proferida a deci-  
são final, na esfera administrativa, sobre a exigência  
fiscal do crédito tributário correspondente.

- a) V, V, F
- b) V, F, F
- c) V, F, V
- d) F, F, V
- e) F, V, F

31- Marque a assertiva que apresenta resposta correta.

- a) Pedido de compensação de exação tida por  
inconstitucional com tributos da mesma espécie,  
formulado administrativamente, impede a Fazenda  
Pública de ajuizar execução fiscal sem antes apreciar  
e decidir o pleito.
- b) É permitida a compensação mediante o aproveita-  
mento de tributo, objeto de contestação judicial pelo  
sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da res-  
pectiva decisão judicial.
- c) Constitui requisito essencial do termo de inscrição da  
dívida ativa a indicação do período de apuração das  
infrações.
- d) Não tem os mesmos efeitos de certidão negativa a  
certidão de que conste a existência de créditos tribu-  
tários cuja exigibilidade esteja suspensa.
- e) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presun-  
ção absoluta de certeza e liquidez.

## DIREITO CIVIL

32- Se a lei civil alcançar os efeitos futuros de contratos cele-  
brados anteriormente a ela, será essa lei retroativa  
(retroatividade mínima), portanto inconstitucional, porque  
vai interferir na causa, que é um ato ou fato ocorrido no  
passado. Sobre esta assertiva, está correto afirmar:

- a) é verdadeira a assertiva apenas quando a lei, que  
alcançou os efeitos dos contratos celebrados anteri-  
ormente a ela, for dispositiva.
- b) é verdadeira a assertiva apenas quando a lei, que  
alcançou os efeitos dos contratos celebrados anteri-  
ormente a ela, for uma norma de ordem pública.
- c) é verdadeira a assertiva, desde que a lei nova traga  
benefícios para as partes.
- d) a vedação à aplicação da norma que macule a coisa  
julgada, o ato jurídico perfeito e o direito adquirido se  
aplica a qualquer lei infraconstitucional, sem qualquer  
distinção entre lei de direito público e lei de direito  
privado, ou entre lei de ordem pública e lei dispositiva.
- e) a assertiva é verdadeira, desde que não se refira a  
um novo Código Civil, pois essa norma é fruto do  
Poder Constituinte Decorrente, sendo vedado que  
seus efeitos sejam obstados pela simples existência  
de contratos celebrados anteriormente a ela.

33- Quanto aos direitos de personalidade, pode-se afirmar:

- a) é vedado, seja qual for a hipótese, à pessoa jurídica-  
mente capaz, dispor gratuitamente de tecidos, órgãos  
e partes do próprio corpo vivo, pois os direitos de  
personalidade, entre os quais se pode citar a integri-  
dade física, são irrenunciáveis.
- b) é viável a utilização, por terceiro, da imagem de uma  
pessoa, desde que tal uso não lhe atinja a honra, a  
boa fama ou a respeitabilidade, ou se destine a fins  
comerciais.
- c) os direitos de personalidade, além de irrenunciáveis,  
não admitem limitações voluntárias, razão pela qual o  
Ordenamento Jurídico Pátrio permite que um filho,  
seja ele capaz ou incapaz, seja reconhecido pelo  
verdadeiro pai ainda que não almeje tal reconheci-  
mento.
- d) embora o nome de uma pessoa goze de proteção  
legal, o mesmo não se dá quanto ao pseudônimo  
utilizado em atividades lícitas.
- e) apenas o titular do direito de personalidade pode  
exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da  
personalidade, e reclamar perdas e danos, sem  
prejuízo de outras sanções previstas em lei, sendo  
vedado a qualquer outra pessoa levar a efeito tais  
medidas, ainda que o titular do direito de personali-  
dade já tenha falecido.

34- Os Procuradores de um determinado Ente da Federação criaram uma Associação para a defesa dos seus interesses. Sabe-se que o ato constitutivo da Associação foi corretamente levado a registro. Quanto a essa entidade, é correto afirmar:

- a) omissis o estatuto quanto às cláusulas de exclusão de associado, é vedado, ainda que por deliberação da Assembléia, que um Procurador seja expulso da Associação.
- b) para que se possa alterar o estatuto da associação é mister que a reforma seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a associação, não contrarie ou desvirtue o fim dessa e seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso esse a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- c) os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado, pelo Código Civil, ao estatuto, instituir categorias, entre os associados, com vantagens especiais.
- d) constatada a inadimplência de alguns sócios quanto às obrigações sociais, estão todos os demais autorizados a, em nome próprio, demandar contra os inadimplentes para exigir o cumprimento das obrigações estatutárias.
- e) dissolvida a Associação, silentes os associados e o estatuto, os bens remanescentes da extinta pessoa jurídica deverão ser devolvidos à Fazenda Pública do Estado, do Distrito Federal ou da União, caso não exista no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição com fins idênticos ou semelhantes ao da Associação de Procuradores.

35- Assinale a opção correta.

- a) As pertenças não seguem necessariamente a lei geral de gravitação jurídica, por meio da qual o acessório sempre seguirá a sorte do principal, razão pela qual, se uma propriedade rural for vendida, desde que não haja cláusula que aponte em sentido contrário, o vendedor não está obrigado a entregar as máquinas, tratores e equipamentos agrícolas nela utilizados.
- b) Uma construção nova em terreno público invadido pode ser considerada uma benfeitoria útil.
- c) O bem de família legal (Lei 8.009/90) é coisa fora do comércio.
- d) Entende-se como entidade familiar, para fins de aplicação do instituto do bem de família legal, tão somente o núcleo familiar advindo do casamento com efeitos civis.
- e) Os prédios das universidades públicas são classificados como bens públicos de uso comum.

36- Quanto aos elementos do negócio jurídico, é correto afirmar:

- a) na proposição: “a empresa A doará um prédio à empresa B quando o seu diretor-presidente, doente em estágio terminal, falecer”, a morte do dirigente pode ser classificada como uma condição suspensiva para a doação.
- b) na proposição: “João doará um automóvel a Pedro, se este atravessar a nado, em um único dia, o Oceano Atlântico”, o negócio jurídico subordinado à ocorrência da condição é válido, pois esta, sendo fisicamente impossível, considera-se não escrita.
- c) a condição simplesmente potestativa é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- d) a impossibilidade inicial do objeto do negócio jurídico, ainda que relativa, implicará a sua invalidade.
- e) a reserva mental caracteriza-se pela não coincidência entre a vontade real e a declarada, bem como pelo propósito de enganar o declaratário, sendo correto afirmar que a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

37- João, proprietário de dois pequenos imóveis, reside no melhor deles, alugando o outro a seu cunhado por módico preço. No entanto, fez constar da avença desconto de cinco por cento, na hipótese de pagamento antecipado dos alugueres. Sobre esta cláusula, é correto afirmar:

- a) caracteriza o abuso de direito, pois nela se verifica a intenção emulativa por parte de João.
- b) considera-se nula, por representar fraude à lei imperativa, a saber, o Código de Defesa do Consumidor, pois este veda a aplicação de multas superiores a dois por cento, na hipótese de inadimplemento por parte do consumidor, representando o desconto por pontualidade, na hipótese, mecanismo de disfarce da multa.
- c) é anulável, por restar caracterizada a lesão contratual, defeito do negócio jurídico constante do Novo Código Civil.
- d) não apresenta, tão-somente pelos dados fornecidos no enunciado da questão, qualquer invalidade.
- e) na hipótese de João ser tomado por intenso temor em relação ao seu cunhado, a cláusula de desconto poderia, por aquele, ser anulada uma vez que restaria claro resultar de coação, caracterizada pelo medo de desagradar o seu cunhado, na hipótese de não ser inserida no pacto.

- 38- Dois particulares, ao celebrarem contrato de compra e venda de imóvel, fazem constar da escritura pública preço inferior ao real, a fim de reduzir o *quantum* do imposto de transmissão da propriedade. Está correto afirmar:
- restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação relativa, sendo o negócio jurídico simulado nulo, mas o negócio jurídico dissimulado subsistirá.
  - restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação relativa, sendo o negócio simulado anulável pela Fazenda Pública.
  - restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação absoluta, sendo o negócio jurídico simulado nulo.
  - restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação absoluta, sendo o negócio jurídico simulado anulável pela Fazenda Pública.
  - restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação relativa, sendo nulos os negócios jurídicos simulado e dissimulado.
- 39- O Distrito Federal celebrou inúmeros contratos de promessa irrevogável de compra e venda com cidadãos de baixa renda. Neste tipo de avença, inúmeras vezes, o particular apresenta dificuldades para honrar os pagamentos das parcelas do imóvel adquirido. Supondo haver autorização legal para a renegociação dos valores em atraso, com a possibilidade de dilação do prazo para quitação do *quantum debeatur*, é correto afirmar:
- a dilação do prazo para a quitação representa novação objetiva.
  - a dilação do prazo para a quitação representa novação subjetiva ativa.
  - a dilação do prazo para a quitação representa novação mista.
  - a hipótese descrita não representa hipótese de novação, uma vez que lhe falta um dos requisitos básicos da novação, qual seja a criação de uma nova obrigação, substancialmente diversa da primeira.
  - a dilação do prazo para a quitação representa novação subjetiva passiva.
- 40- Na hipótese descrita na questão anterior, estando inadimplente o adquirente do imóvel, é correto afirmar:
- a inadimplência gerará a rescisão contratual.
  - entre as verbas a serem pagas ao Distrito Federal, a título de perdas e danos, não se pode cobrar indenização pelo período em que o imóvel foi ocupado indevidamente pelo particular, mesmo após a resolução da avença, a menos que tal verba tivesse previsão contratual.
  - a inadimplência gerará a resolução do contrato.
  - eventual alegação, pelo particular, da perda de seu emprego, desde que comprovada, é motivo suficiente para que se aplique a teoria da imprevisão e se reduza equitativamente o valor do imóvel.
  - a inadimplência, em virtude do caráter social da alienação do imóvel em questão, não justifica a extinção do contrato, tendo em vista a função social da propriedade.
- 41- Um particular invadiu área pública do Distrito Federal, situada no interior de um Parque Ecológico. Lá erigiu uma casa. Constatada a invasão o Distrito Federal notificou o particular a abandonar a área, restituindo-a ao seu *status quo ante*. Sobre o caso descrito, é correto afirmar:
- é lícita a pretensão do Distrito Federal de que a área seja desocupada, mas, considerando-se posse um poder fático, o particular inegavelmente a exerce, fazendo jus à retenção do bem até que seja indenizado pela integralidade do valor da casa lá erguida.
  - o particular exerce posse clandestina sobre a área pública, tendo-se transformado em possuidor tão logo tenha terminado a sua construção, usando ostensivamente a área como seu novo lar.
  - o particular sequer poderá ser considerado possuidor, sendo a ele indevido o reconhecimento de direito de retenção.
  - o particular tem posse precária sobre o bem, sendo este o motivo pelo qual não se lhe reconhece o direito de retenção.
  - o particular, embora tenha posse *ad interdicta*, não tem posse *ad usucapionem* sobre o imóvel por ele ocupado.
- 42- Joaquim faleceu, no mês de dezembro do ano de 2003, sem que houvesse deixado testamento ou herdeiros conhecidos. O único bem que lhe pertencia era uma pequena casa, em Taguatinga, alugada a um amigo, que pontualmente pagava os alugueres ao proprietário. Está correto afirmar:
- o inquilino da casa deixada pelo *de cuius*, caso nela se encontrasse residindo há mais de vinte anos, poderia invocar a aquisição da propriedade por usucapião ordinária.
  - o inquilino da casa deixada pelo *de cuius*, caso nela se encontrasse residindo há mais de vinte anos, poderia invocar a aquisição da propriedade por usucapião extraordinária.
  - o imóvel deixado por Joaquim pertencerá ao Distrito Federal tão logo se encerre o processo de inventário e partilha.
  - o inquilino, enquanto vivo Joaquim, não poderia invocar a ocorrência da usucapião, por faltar-lhe o indispensável requisito do *animus domini*.
  - o contrato de locação considerar-se-ia justo título, para fins de usucapião extraordinária, a ser levada a efeito pelo inquilino, caso esse a invocasse contra Joaquim durante a sua vida.

43- Pode-se afirmar acerca das servidões prediais:

- a) são espécies das servidões legais, entre as quais se encontram as servidões administrativas.
- b) a servidão de trânsito, tal qual a passagem forçada, tem como pressuposto a existência de um prédio encravado, isto é, sem acesso a vias públicas, nascentes ou portos.
- c) a destinação do proprietário é forma de constituição das servidões e tem como requisitos a prévia existência de uma serventia em prédio posteriormente desmembrado, bem como a inexistência de restrições, pelos proprietários dos imóveis desmembrados, quanto à transformação da serventia em servidão.
- d) as servidões não-aparentes são protegidas pelo manejo dos interditos possessórios, ainda que sua constituição não conste do competente Cartório de Registro de Imóveis.
- e) as servidões são direito real perpétuo, pouco importando o seu não-uso, seja pelo prazo que for, para fins de sua extinção.

44- Quanto aos direitos reais de garantia, é correto afirmar:

- a) é nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, sendo, contudo, tolerado que, após o vencimento, possa o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.
- b) os bens hipotecados são impenhoráveis.
- c) o penhor de veículos, para se aperfeiçoar, exige a tradição da coisa empenhada.
- d) a garantia real é, em regra, divisível, isto é, o pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, mormente se essa compreender vários bens, independentemente de disposição expressa no título ou na quitação.
- e) quando, executado o penhor, ou executada a hipoteca, ainda que o produto não baste para pagamento da dívida e despesas judiciais, estará o devedor exonerado do restante do débito.

45- Marginais foragidos de uma penitenciária estadual assaltaram uma residência, causando danos materiais e morais. Demandado judicialmente, o Estado deixou de ser condenado, em primeiro grau, a indenizar a família vítima da violência, pois o dano não haveria decorrido direta e imediatamente da ação/omissão estatal. Assinale a opção correta.

- a) A teoria sobre o nexa causal que inspirou o julgador a isentar o Estado de responsabilidade civil foi a da equivalência das causas.
- b) A teoria sobre o nexa causal que inspirou o julgador a isentar o Estado de responsabilidade civil foi a da interrupção do nexa causal.
- c) Na hipótese de responsabilidade civil objetiva, como a descrita no enunciado da questão, pouco importa se a vítima do ato danoso agiu culposamente, concorrendo para a sua ocorrência, vez que não se exige, no caso, a comprovação de qualquer culpa para a imposição do dever de indenizar.

- d) A responsabilidade civil objetiva do Estado, na presente hipótese, decorre da incidência do Código de Defesa do Consumidor sobre as relações entre o Poder Público e o Administrado.
- e) Caso os marginais sejam condenados criminalmente pelos crimes cometidos contra a família do enunciado da questão, essa condenação fará coisa julgada no juízo cível, obrigando o Estado a ressarcir a pelos danos amargados, devendo ser reformado, pelo Colendo Tribunal de Justiça, o entendimento inicial, esposado pelo MM. juízo singular de que não haveria o dever de indenizar por parte do Estado.

46- O Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal – PROCON/DF autuou a Secretaria de Fazenda (Posto de Atendimento ao Contribuinte – Unidade da Receita do Distrito Federal) e o Banco de Brasília, com base em lei distrital (a “Lei das Filas” – que limita o tempo de permanência do consumidor em filas), por haverem diversos usuários reclamado da demora de uma hora para que fossem atendidos nos respectivos estabelecimentos. Assinale a opção correta.

- a) Mesmo sendo o PROCON/DF uma autarquia, pelo fato de integrar a Administração Pública do Distrito Federal, a imposição de multa ao Distrito Federal e ao Banco de Brasília se mostra impossível, em virtude da aplicação do instituto da confusão, hipótese de extinção das obrigações.
- b) A autuação da Receita do Distrito Federal não se justifica, pois não se aplica à hipótese o Código de Defesa do Consumidor ou qualquer outra norma de proteção ao consumo, uma vez que as relações entre o Fisco e os Contribuintes não se enquadram como uma relação de consumo.
- c) A aplicação do Código de Defesa do Consumidor se dá em relação a qualquer prestação de serviços públicos, ainda que remunerados indiretamente pelos impostos.
- d) Aplicando-se a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, ainda que se isente o Estado da incidência do Código de Defesa do Consumidor, responsabilizar diretamente seus agentes pela violação à “Lei das Filas”.
- e) As normas de Defesa do Consumidor não incidem sobre as relações entre os Bancos Estatais e seus clientes.

---

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

47- Sobre a sentença e a coisa julgada, é incorreto afirmar:

- a) a decisão judicial transitada em julgado “faz do preto branco, da montanha planície e do quadrado redondo”. Isso significa que a matéria de fato e de direito debatida nos autos não pode mais ser rediscutida em outra ação.
- b) a possibilidade de alteração da sentença mediante ação rescisória não retira a característica de imutabilidade da coisa julgada, visto que não se discutem os fundamentos jurídicos da decisão anterior, mas a simples ocorrência de vícios de ilegalidade na sua prolação.

- c) ao proferir a sentença, o juiz esgota sua atividade jurisdicional e não pode, em nenhuma hipótese, alterar o resultado do julgamento, mesmo quando ocorre a extinção do processo pelo indeferimento da petição inicial.
- d) a sentença trânsita em julgado produz efeitos exclusivamente *inter partes*, não podendo atingir terceiros que não integraram da lide, salvo quando decide sobre direitos difusos, individuais homogêneos ou interesses coletivos que lhes beneficiem.
- e) a sentença pode ser condenatória, declaratória ou constitutiva e o não-cumprimento do seu dispositivo enseja a execução, que consubstancia nova demanda, e não mera continuação do processo de conhecimento. Há, contudo, sentenças que são ao mesmo tempo condenatórias e executivas, dispensando o ajuizamento da execução.
- 48- Sebastião, querendo acionar Maria e desconhecendo seu paradeiro, verificou existir procuração pública em que essa outorgara a certo advogado poderes para o foro em geral. Formulou o pedido e pediu a citação da ré na pessoa do advogado. No último dia do prazo contestatório, Maria vem aos autos, representada pelo citado advogado, alegando a nulidade da citação porque esse não tinha poderes para receber a citação inicial.
- Assinale a proposição mais adequada.
- a) O comparecimento espontâneo de Maria nos autos supre a irregularidade da citação e a falta de contestação ao pedido implica revelia e confissão da matéria de fato.
- b) A citação será declarada nula, ordenando-se novas diligências para que a ré seja regularmente citada.
- c) A citação será declarada nula e o prazo para contestar correrá com a publicação da decisão no Diário da Justiça, tornando desnecessária a intimação pessoal da ré.
- d) A petição do advogado não será apreciada porque a procuração com poderes para o foro em geral não lhe permitiria peticionar nos autos antes da citação pessoal da ré.
- e) Declarada a nulidade da citação, o juiz ordenará a citação editalícia da ré, por se encontrar em local incerto e não sabido.
- 49- Carlos ajuizou ação ordinária de indenização contra construtora sediada no Setor de Indústria de Brasília, alegando haver contratado a edificação de uma casa no Lago Norte, entregue com graves problemas estruturais por erro de cálculo. Citada, a construtora contestou o pedido, denunciando à lide o engenheiro responsável, residente em Taguatinga.
- Analizando esses dados, indique a proposição mais adequada ao caso.
- a) Trata-se de responsabilidade solidária, caso em que o juiz condenará o denunciante e o denunciado à indenização, podendo o autor executar qualquer um deles.
- b) Trata-se de ação regressiva e, no caso de condenação, o denunciado só pode interpor recurso adesivo, subordinado e dependente do recurso principal do denunciante.
- c) Confessando o denunciado os fatos alegados na inicial, o juiz julgará a lide antecipadamente, condenando o denunciante a indenizar o dano e declarando seu direito regressivo em face do denunciado.
- d) Como o denunciante reside na mesma comarca do denunciado, será citado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de prosseguimento do feito à sua revelia.
- e) A sentença de mérito deve apreciar os pedidos por inteiro e declarar a responsabilidade de cada um pelas perdas e danos, valendo como título executivo.
- 50- Uma instituição bancária descontou duplicata emitida por determinada firma contra Mário. Verificada a inadimplência, a cártula foi levada a protesto mas o devedor, alegando não haver recebido a mercadoria, ajuizou medida cautelar de sustação do ato notarial, que foi deferida pelo juiz.
- Assinalar a opção mais adequada ao caso.
- a) A ação principal deve ser ajuizada até 30 (trinta) dias depois de efetivada a cautela. Se o prazo terminar em dia não útil, prorroga-se para o primeiro dia útil seguinte.
- b) Como se trata de prazo decadencial e urgente, a petição inicial da ação principal será levada diretamente ao juiz da cautelar, em cujos autos se processará o pedido.
- c) Sendo dois os réus (o banco e o emitente da duplicata), o prazo para contestar correrá em dobro em relação a eles.
- d) Recaindo o prazo final de ajuizamento da ação principal durante as férias forenses, o autor deve propô-la nesse interim, sob pena de caducidade da medida cautelar, procedendo-se a citação após o reinício dos trabalhos forenses.
- e) Se a ação principal ficar paralisada por mais de 30 (trinta) dias por falta de interesse do autor, o juiz julgará antecipadamente a lide, com a improcedência do pedido, revogando a medida cautelar deferida.
- 51- João ajuizou contra José ação ordinária visando anular contrato de compra e venda com reserva de domínio celebrado com Manuel, tendo por objeto um automóvel. No curso da lide, José, mediante instrumento próprio de cessão, transfere a Carlos "direitos e ações" relacionados com o citado automóvel.
- Assinale a opção correta.
- a) Carlos não pode intervir no processo porque a relação jurídico-processual já estava estabelecida validamente.
- b) Carlos pode intervir na lide como substituto processual de José, se João não se opuser.
- c) Carlos pode intervir na lide a qualquer tempo como oponente aos litigantes.
- d) Carlos somente intervirá na lide como substituto processual de José se esse vier a falecer e seu advogado não quiser continuar na causa.
- e) Carlos intervirá na lide se José deixar de praticar ato necessário à movimentação do processo.

52- Aristoclides, dono de oficina especializada em escapamentos de veículos, viu que o movimento crescente dificultava o atendimento. Como seu concorrente Nicodemus instalara elevadores hidráulicos na calçada, decidiu fazer o mesmo, mas, ao iniciar a obra, viu-a embargada pela fiscalização por invadir área pública. Diante disso, impetra mandado de segurança alegando tratamento discriminatório da Administração.

Assinalar a proposição correta.

- a) Configura-se o litisconsórcio passivo facultativo, porque os direitos e obrigações dos interessados derivam do mesmo fundamento de fato ou de direito.
- b) A decisão judicial que resolver a lide estenderá seus efeitos a Nicodemus, ainda que este não venha a compor a lide, em face do princípio da isonomia.
- c) Configura-se o litisconsórcio passivo necessário porque, pela natureza da relação jurídica, o juiz tem que decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
- d) Nicodemus pode ingressar na lide como assistente de Aristoclides tendo em vista seu interesse no acolhimento da pretensão deste.
- e) Havendo comunhão de direitos e obrigações entre Aristoclides e Nicodemus, o Distrito Federal pode denunciar à lide este último.

53- Em face do ordenamento jurídico é correto afirmar que:

- a) a competência relativa é determinada no momento da propositura da ação, podendo ser modificada se a lei superveniente assim o determinar.
- b) a lei processual não permite ao juiz reconhecer a incompetência absoluta não argüida expressamente pela parte interessada por meio de exceção.
- c) como a ação fundada em direito pessoal é determinada pelo foro do domicílio do réu, se esse vier a residir em outra comarca, para esta será redistribuída a ação.
- d) em regra, o foro do domicílio do réu é competente para a ação fundada em direito real sobre imóveis, mas se ele tiver mais de um domicílio, pode ser proposta em qualquer um deles.
- e) na ação movida contra o incapaz, a competência é fixada exclusivamente em razão do domicílio deste.

54- João, menor impúbere, representado por sua mãe, Maria, ambos residentes em Taguatinga, postulou alimentos em face do avô, Teodósio, no foro de Sobradinho, onde esse era domiciliado. Após regular instrução, o réu, em alegações finais, sustentou a incompetência do juízo e pediu a redistribuição do feito para Taguatinga, argumentando que as ações de alimentos devem ser propostas no foro do domicílio do alimentando.

Assinalar a proposição mais adequada em relação ao caso.

- a) O juiz acolherá a alegação porque as ações de interesse de menor são processadas no foro do seu domicílio, em virtude da legislação tutelar do incapaz.
- b) O juiz suspenderá o processo e mandará ouvir seu colega de Taguatinga com vistas a suscitar conflito negativo de jurisdição.

- c) O juiz rejeitará liminarmente a pretensão porque o beneficiário do foro privilegiado, abrindo mão do privilégio, possibilitou ao réu melhores condições de defesa.
- d) O juiz rejeitará a alegação, porque se trata de norma de competência relativa não excepcionada no momento oportuno.
- e) O juiz remeterá os autos ao Tribunal para que esse, depois de ouvir o juízo suscitado, decida de quem é a competência.

55- Com relação ao instituto da tutela antecipada, é correto afirmar:

- a) é dada se o juiz, diante da prova inequívoca do direito vindicado, se convencer da verossimilhança da alegação, ante a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação.
- b) será concedida se o juiz, diante da prova inequívoca do direito vindicado, se convencer da verossimilhança da alegação, ante a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, caracterizando-se abuso de direito de defesa ou propósito protelatório do réu.
- c) não será deferida quando o provimento puder ser obtido mediante medida cautelar específica, em face do princípio da infungibilidade das ações.
- d) será concedida se ofertada caução ou garantia idônea que assegure o ressarcimento do prejuízo eventualmente causado, diante da irreversibilidade do provimento antecipado.
- e) será concedida diante da plausibilidade do direito vindicado, se o autor oferecer caução idônea.

56- Servidores do Ministério da Educação ajuizaram ação visando correção salarial pelos índices inflacionários observados na implementação do Plano Real expurgados no cálculo da remuneração. O pedido foi acolhido no primeiro grau e transitou em julgado, uma vez que o Tribunal competente entendeu que o recurso voluntário era intempestivo e se omitira na apreciação do recurso oficial.

Assinalar a proposição correta.

- a) A ré pode ajuizar ação rescisória e pedir a suspensão da execução do julgado, desde que demonstre a fumaça do bom direito e possibilidade de dano irreparável.
- b) A ação rescisória terá seguimento desde que a ré deposite integralmente o valor da condenação, suspendendo a executoriedade da sentença rescindenda.
- c) A ação rescisória é incabível porque, sendo omissa o acórdão, por não ter apreciado o recurso oficial, a ré não interpôs embargos declaratórios, ocorrendo a preclusão.
- d) A ré pode ajuizar ação rescisória pedindo novo julgamento da causa, depositando 5% (cinco por cento) do valor da causa, que reverterá em favor dos autores caso o julgamento unânime da Câmara seja improcedente.
- e) A ré pode ajuizar ação rescisória pedindo novo julgamento da causa, sem necessidade de depósito.

57- Uma ação ordinária de indenização ajuizada contra o Distrito Federal foi extinta sem julgamento de mérito com acolhimento de preliminar de coisa julgada. A turma proveu a apelação contra o voto do Relator. O réu interpôs embargos infringentes dezessete dias depois de intimado por publicação no Diário da Justiça, sendo que os termos *a quo* e *ad quem* do prazo recursal recaíram em dias úteis, no meio da semana. Não foi recolhida a Guia de Preparo.

Assinale a opção correta.

- a) Os embargos são cabíveis, tempestivos, desertos e não serão conhecidos.
- b) Os embargos são cabíveis, intempestivos, desertos e não serão conhecidos.
- c) Os embargos são incabíveis, tempestivos, dispensados de preparo e não serão conhecidos.
- d) Os embargos são cabíveis, tempestivos, dispensados de preparo e serão apreciados regularmente.
- e) O recurso é desnecessário porque as ações contra a Fazenda sujeitam-se obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

58- Em decisão interlocutória, o juiz despachou o seguinte: "Partes legítimas e bem representadas. Estão presentes as condições da ação. A matéria de direito está definida pela documentação juntada aos autos mas há fatos que demandam esclarecimento por prova testemunhal. Indefiro a perícia requerida pelo réu. Ouvirei testemunhas, desde que depositado em tempo hábil o rol respectivo. Instrução e julgamento para 26 de março de 2004, sexta-feira, às 14h. Intimem-se". O réu insurgiu-se contra a denegação da perícia e pediu a formação de agravo retido, sem pagar preparo. Julgada procedente a ação, o réu apelou, louvando-se exclusivamente na prova testemunhal e sem mencionar prova pericial. Na sustentação oral, o advogado sustentou a preliminar de nulidade por cerceio de defesa, em face do indeferimento da perícia, pedindo acolhida ao agravo retido.

Diante desse enunciado, assinale a proposição mais adequada.

- a) A alegação será rejeitada porque não houve o pagamento de preparo quando da interposição do agravo retido.
- b) A alegação será acolhida porque a ampla defesa assegurada pela constituição é questão de ordem pública, argüível em qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- c) A alegação será rejeitada, porque o autor não pediu expressamente na apelação a apreciação do agravo retido, como matéria preliminar de mérito.
- d) A alegação será rejeitada porque a interlocutória, negando prova requerida tempestivamente, desafia agravo de instrumento.
- e) A alegação será acolhida e o tribunal converterá o julgamento em diligência para que o juiz de primeiro grau realize a perícia e proceda a novo julgamento.

59- Com relação ao recurso de agravo, pode-se afirmar:

- a) somente se admite contra decisão interlocutória do juiz do primeiro grau de jurisdição.
- b) admite-se contra decisões interlocutórias do Juiz e denegatórias de processamento de recurso proferidas pelo Relator da apelação.
- c) será sempre retido quando a decisão for proferida em audiência, submetendo-se ao princípio da oralidade e da imediatidade.
- d) tem sua admissibilidade submetida a juízo dúplice, na primeira e na segunda instância.
- e) é admissível contra qualquer decisão não terminativa do feito proferida no juízo de primeiro grau de jurisdição.

60- Diante da decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado que nega recepção ao recurso especial interposto pela parte sucumbente na apelação, cabe:

- a) agravo de instrumento, a ser apreciado pela turma que julgou a apelação, não se admitindo juízo de retratação.
- b) agravo de instrumento, a ser apreciado pela Câmara Cível do mesmo Tribunal, admitindo-se juízo de retratação.
- c) agravo interno ou regimental, a ser apreciado pela mesma turma que julgou a apelação, sendo possível o juízo de retratação.
- d) agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, para o Superior Tribunal de Justiça, possibilitando juízo de retratação.
- e) remessa dos autos à superior instância, pois o juízo de admissibilidade é dúplice, sendo o cabimento do recurso submetido obrigatoriamente à instância revisora.

61- Relativamente aos recursos em geral e à ordem dos processos no Tribunal, assinale a proposição incorreta.

- a) O relator pode prover o recurso se a decisão recorrida confrontar visivelmente súmula ou jurisprudência dominante dos tribunais superiores.
- b) Da decisão do relator que provê monocraticamente o recurso nas hipóteses admissíveis na lei cabe agravo de instrumento, admitindo-se o juízo de retratação.
- c) Sendo relevante a questão de direito sobre a qual haja divergência entre câmaras ou turmas do mesmo tribunal, o relator pode propor a remessa dos autos ao órgão colegiado indicado pelo regimento interno, que julgará o recurso se entender presente o interesse público.
- d) O recurso extraordinário e o recurso especial são endereçados ao presidente ou o vice-presidente do tribunal em petições separadas, contendo a exposição do fato e do direito, a demonstração da admissibilidade e as razões para reforma do acórdão.
- e) Ao agravo de instrumento o relator pode atribuir efeito suspensivo ou deferir tutela antecipada total ou parcial, cabendo agravo para o órgão com competência original para julgamento do recurso.

62- Caio recebeu de Tício, em pagamento de serviços de lanternagem e pintura de um automóvel, cheque no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para depositar 30 dias depois. Na data aprazada, Tício, pediu que aguardasse mais um pouco, pois estava desempregado e sem dinheiro. Caio, atendeu a súplica, na expectativa de receber amigavelmente seu crédito, deixando de apresentar o cheque ao banco sacado no prazo legal. Dois anos depois, Caio resolve cobrar a dívida.

Assinale a opção mais adequada.

- a) O caso é de execução fundada em título executivo extrajudicial, podendo Tício defender-se por meio de embargos à execução, depois de seguro o juízo pela penhora.
- b) Promovida a execução, Tício poderá valer-se da exceção de pré-executividade, depois de seguro o juízo pela penhora, alegando a prescrição do título.
- c) O título não poderá ser cobrado, por não ter sido apresentado ao banco sacado e oportunamente protestado por falta de pagamento, acarretando a prescrição do direito.
- d) Caio deve ajuizar ação de cobrança no Juizado Especial de Pequenas Causas, sendo o cheque começo de prova por escrito, a ser complementada por prova oral.
- e) Caio poderá valer-se da ação monitória, cabendo a Tício defender-se por meio de embargos, que suspende a eficácia do mandado judicial, mesmo sem garantia do juízo.

63- Com relação à ação de exibição, é correto afirmar:

- a) pode ter caráter cautelar, incidental ou satisfativo.
- b) sua finalidade específica é garantir a execução de obrigação de fazer.
- c) exige a plausibilidade do direito que constitui seu objeto e o perigo iminente de que a prova documental se perca ou seja adulterada.
- d) objetiva a conservação de bens que corram risco de extravio ou dilapidação, frustrando o cumprimento da obrigação.
- e) tem como finalidade principal a constituição de um documento para servir de prova em outro processo futuro.

64- Foi publicado no Correio Braziliense anúncio classificado do seguinte teor: "Funcionário público em vias da aposentadoria e desejando retornar à terra natal, vende com urgência o imóvel onde reside, junto com todo o mobiliário. Tratar com Teofrasto, pelo telefone 444.4000". Melquisedeque, que ganhara uma ação indenizatória contra Teofrasto cujo acórdão aguardava o trânsito em julgado, obtém, no Cartório de distribuição, certidão das ações pendentes contra Teofrasto, constatando várias execuções em curso, além de ações de busca e apreensão e de depósito. No Ofício de Registro de Protesto de Títulos constatou diversos protestos lavrados, prenunciando a provável inadimplência de Teofrasto. Sendo o valor das dívidas nos processos pendentes superior ao dos bens anunciados à venda, Melquisedeque decide ajuizar ação cautelar para resguardar seus interesses.

Assinalar a opção mais adequada.

- a) O autor pode pedir o arresto de bens que garantam o pagamento da indenização, provando que Teofrasto tenciona alienar seus bens, sem pagar suas obrigações.
- b) O autor pode pedir o seqüestro de bens no valor correspondente à indenização, provando que Teofrasto tenciona alienar seus bens, sem pagar suas obrigações.
- c) O autor pode pedir a busca e apreensão de bens no valor correspondente à indenização, oferecendo caução que assegure o ressarcimento de eventuais prejuízos.
- d) O autor pode pedir o arrolamento de bens provando o fundado receio de sua dissipação e conseqüente insolvência do devedor, pedindo a nomeação de depositário.
- e) O autor pode ajuizar medida cautelar inominada, pedindo ao juiz o uso do poder geral de cautela para ordenar a guarda judicial de bens no valor correspondente à indenização, em face da presença do *fumus bonis juris et periculum in mora*.

65- João e Maria se apossaram de uma pequena faixa de terra na periferia de Brasília, cercada mas inculta, que José, residente em São Paulo, recebera de herança. José cercara o imóvel e plantou uma capineira, retornando a São Paulo e deixando-o aos cuidados de parentes. João e Maria se apossaram da área e cercaram aproximadamente 3 hectares, plantando cultura de subsistência, com hortaliças, frutíferas, milho e feijão. Dois anos e seis meses depois, José volta a Brasília e depara com a terra invadida, ocasião em que João e Maria edificavam uma casa em alvenaria para substituir o barraco de pau-a-pique onde até então residiam. José resolve acionar os posseiros para defender seu direito.

Assinale a opção mais adequada.

- a) A questão é de natureza possessória, e, sendo antiga a posse, ação é de força velha, em que a reintegração só é possível após justificação, se o autor provar a posse anterior, sua perda, o esbulho praticado pelos réus e a data da ocorrência.
- b) A questão é de natureza possessória e, sendo recente a posse, a ação é de força nova, sendo possível a reintegração liminar se o autor provar a posse anterior, sua perda, o esbulho praticado pelos réus e a data da ocorrência.
- c) A questão é de natureza possessória, devendo o autor ajuizar interdito proibitório requerendo ao juiz que o segure do esbulho iminente mediante mandado proibitório em que se comine aos réus pena pecuniária, caso transgridam o preceito.
- d) A questão é de natureza possessória, devendo o autor ajuizar ação de nulificação de obra nova, a fim de impedir a edificação da casa e, devido à urgência, notificará verbalmente o construtor, perante duas testemunhas, para não continuar a obra.
- e) A questão é de natureza petitoria, cabendo ação ordinária de reivindicação de posse com antecipação de tutela, para garantir a manutenção do estado de fato da coisa litigiosa e evitar que os réus prossigam com as benfeitorias no curso da lide.



## DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

66- Assinale a opção correta.

- a) Porque provocadas pelos destinatários principais das regras editadas, são fontes formais autônomas do direito do trabalho as convenções e acordos coletivos de trabalho, e, ao mesmo tempo e pelo mesmo motivo, as sentenças normativas, essas o sucedâneo jurisdicional daqueles instrumentos.
- b) Escorado na protetividade característica ao ramo jurídico que instrui, o princípio da realidade, no direito do trabalho, traduz a regra civilista de que, nas declarações de vontade, atender-se-á mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem (art. 112 do Código Civil Brasileiro).
- c) A compreensão da indisponibilidade dos direitos trabalhistas passa pela vedação legal à prática de atos que venham a ser praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na CLT e, podendo ser relativa, caso em que vinculada a interesse individual não protegido por norma de ordem pública, será, em tal hipótese, compatível com a transação, desde que não redunde em prejuízos diretos ou indiretos para o trabalhador.
- d) O princípio da condição mais benéfica guarda pertinência com a integração da norma trabalhista, não se confundindo com o princípio da norma mais favorável, este correspondente, na doutrina, ao direito intertemporal e à proteção de direitos adquiridos, imunes à substituição por regras que agravem o patrimônio jurídico do trabalhador.
- e) Pela teoria do conglobamento, para definição do instrumento regente de determinada situação jurídica, aplicável a um empregado, são selecionados e identificados os conjuntos normativos de igual conteúdo temático, para que, de cada qual extraídos os aspectos mais favoráveis ao empregado, componha-se o sistema efetivamente regulador da questão.

67- Considerando a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, examine os seguintes itens:

- I. A equiparação salarial somente é possível quando o empregado e o paradigma exercem a mesma função, as mesmas tarefas e ocupam cargos de igual denominação.
- II. A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.
- III. À ação de equiparação salarial, porque contrastado ato único e positivo do empregador, não se cuidando de parcela assegurada – em valor e extensão – por preceito de Lei, aplica-se a prescrição total.
- IV. Para efeito de equiparação salarial, em caso de trabalho igual e para efeito do que exige a Lei, conta-se o tempo de serviço no emprego.
- V. O conceito de “mesma localidade” de que trata o art. 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

68- Tendo em vista a disciplina legal e constitucional do aviso prévio e, concomitantemente, os termos da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a opção incorreta.

- a) Na dissolução do contrato individual de trabalho, por iniciativa do empregado ou do empregador, não havendo falta grave que a justifique, o horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso prévio, será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral. É, no entanto, ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho pelo pagamento das horas correspondentes.
- b) A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso prévio, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço. Assim, mesmo sendo indenizado o aviso prévio, anota-se na carteira de trabalho, como data de saída, aquela em que terminaria o prazo do aviso prévio, data que, em tal caso, também corresponderá ao termo inicial do prazo bienal de prescrição para se reclamar as parcelas decorrentes do contrato individual de trabalho.
- c) Ressalvada a fluência de garantia de emprego – dada a incompatibilidade dos dois institutos – e não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato, deverá avisar a outra da sua resolução, com a antecedência mínima de trinta dias, mas a projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias, aí não se adquirindo estabilidade.
- d) Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo. Entretanto, o cálculo da multa de quarenta por cento do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado.
- e) O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do prazo respectivo, mas, reconhecida a culpa recíproca na dissolução do contrato de trabalho, o empregado tem direito a cinquenta por cento do valor do aviso prévio, do décimo-terceiro salário e das férias proporcionais.

69- Considerando os termos da Lei Ordinária e da Constituição Federal e, ao mesmo tempo, da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, quando as interpreta, examine os seguintes itens:

- I. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas. Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, esse ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, cinquenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. Assim é que a não-concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento do período de tempo remanescente, com o referido acréscimo de, no mínimo, cinquenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- II. Para a CLT, salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Por força constitucional, a garantia se estende aos empregados das empresas públicas, sociedades de economia mista e pessoas jurídicas de direito público interno, estas quando adotam o regime trabalhista, sendo que, no caso das pessoas jurídicas de direito público interno, a verificação do respeito ao salário mínimo não se apura pelo confronto isolado do salário-base com o mínimo legal, mas deste com a soma de todas as parcelas de natureza salarial recebidas pelo empregado público diretamente do empregador.
- III. Qualquer alteração na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos e os contratos individuais de trabalho de seus respectivos empregados. A jurisprudência tem estendido tais garantias à situação em que sociedade de economia mista, concedendo a empresa da iniciativa privada o serviço público para o qual vocacionada, a ser explorado de forma geograficamente limitada, ainda arrenda àquela parte de seus bens. Em tal caso, embora manifesta a responsabilidade da empresa privada concessionária pelos débitos decorrentes dos contratos individuais de trabalho dissolvidos após o aperfeiçoamento da concessão e do arrendamento, impõe-se responsabilidade subsidiária, pelos mesmos débitos, à sociedade de economia mista concedente, a qual, no entanto, subsistindo com sua personalidade jurídica, patrimônio e todos os seus atributos pertinentes, responderá, integralmente, pelos débitos decorrentes dos contratos individuais de trabalho, dissolvidos antes do aperfeiçoamento da concessão e do arrendamento.

- IV. Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia. No entanto, o retorno do servidor público (administração direta, autárquica e fundacional) à jornada inicialmente contratada, quando se a reduz em momento posterior à contratação, por ato informal, não se insere nessa vedação, sendo a sua jornada definida em lei e no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- V. As convenções e acordos coletivos de trabalho deverão conter, obrigatoriamente, prazo de vigência, que não poderá ser estipulado por período superior a dois anos. Desta forma, é inválida, naquilo que ultrapassa aquele prazo total, a cláusula do termo aditivo que prorroga a vigência de instrumento coletivo – acordo ou convenção – por prazo indeterminado.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

70- Considerando a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, examine os seguintes itens:

- I. Há dispensa da expedição de precatório, na forma do art. 100, § 3º, da Constituição Federal de 1988, quando o montante da execução contra a Fazenda Pública não exceder os valores definidos, provisoriamente, pela Emenda Constitucional nº 37/02, como obrigações de pequeno valor, inexistindo ilegalidade, sob esse prisma, na determinação de seqüestro da quantia devida pelo ente público.
- II. Prescindem de autenticação, no processo do trabalho, os documentos oferecidos pelo Distrito Federal, suas fundações e empresas públicas, porque dotados, nos termos da legislação federal atualmente em vigor, de presunção de legalidade.
- III. Para a admissibilidade de recurso de revista, exige-se prequestionamento, assim compreendida a adoção de tese explícita sobre a matéria em debate. No silêncio do acórdão, incumbirá à parte interessada, desde que a matéria fosse objeto do recurso ordinário, interpor embargos de declaração, buscando pronunciamento a respeito, sob pena de preclusão. Com a providência, tratando-se de tema de alcance exclusivamente jurídico, estará atendido o pressuposto extrínseco de admissibilidade recursal, ainda que persista a omissão de pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho.
- IV. Nos termos do art. 46 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, os débitos das entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial não estão sujeitos a correção monetária e juros, desde seu vencimento, até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão.

- V. Nos termos do art. 1º, inciso V, do Decreto-Lei nº 779/69 e do art. 475, inciso II, do CPC, é impositiva a remessa *ex-officio* da decisão que, em ação rescisória, seja total ou parcialmente contrária aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

71- Examine os seguintes itens:

- I. Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constitui prerrogativa do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica o pagamento de custas ao final. A União, no entanto, não as pagará.
- II. Garantida a execução ou penhorados os bens, disporá a sociedade de economia mista de trinta dias para apresentar embargos à execução, cabendo prazo de cinco dias ao exequente, para impugnação aos cálculos.
- III. Nos termos do art. 896, § 6º, da CLT, dos acórdãos proferidos contra o Distrito Federal, em procedimento sumaríssimo, somente caberá recurso de revista se houver contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
- IV. O INSS será intimado, por via postal, no caso de conciliação, do termo de acordo que contiver parcela indenizatória, sendo-lhe, então, facultada a interposição de recurso.
- V. Ainda que oposta, na causa, exceção de incompetência, pode a parte interessada suscitar conflito de jurisdição.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

72- Considerando a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, examine os seguintes itens:

- I. Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.
- II. Nos termos dos arts. 5º e 29 da Lei nº 6.830/80, 889 da CLT e 114 da Constituição Federal, a execução trabalhista, envolvendo empresa em liquidação extrajudicial, deve prosseguir, diretamente, na Justiça do Trabalho, mesmo após a decretação da liquidação extrajudicial.
- III. Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação de bens, praticados pelo juízo deprecado, caso em que a competência será deste último.
- IV. Não procede ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face de a sentença normativa, na qual se louvava, ter sido modificada em grau de recurso, porque em dissídio coletivo somente se consubstancia coisa julgada formal. Assim, os meios processuais, aptos a atacarem a execução da cláusula reformada, são, conforme o caso, a exceção de pré-executividade ou o mandado de segurança.
- V. O disposto no art. 191 do CPC, quando assegura prazo em dobro para os litisconsortes que possuem procuradores distintos, é inaplicável ao processo do trabalho, em face de sua incompatibilidade com o princípio da celeridade, inerente ao processo trabalhista.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

73- Considerando o funcionamento e a competência da Justiça do Trabalho, segundo o que se extrai da Lei Ordinária e da Constituição, sob a interpretação da jurisprudência uniformizada pelo Tribunal Superior do Trabalho, quando for o caso, assinale a opção correta.

- a) O conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada será dirimido pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- b) Às Turmas, nos Tribunais Regionais do Trabalho, quando assim divididos, compete julgar os conflitos de jurisdição entre os juízes de direito investidos na jurisdição trabalhista.
- c) Apresentada a exceção de incompetência relativa, o juiz, declarando em qual efeito a recebe, abrirá vista dos autos ao exceto, por 24 horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.
- d) É incompetente a Justiça do Trabalho para apreciar lide entre o sindicato patronal e a respectiva categoria econômica, objetivando cobrar a contribuição assistencial.
- e) Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação trabalhista no foro da prestação de serviços ou de seu próprio domicílio.

---

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

74- O ato administrativo:

- a) pode ser anulado pela Administração, por motivo de conveniência, a qualquer tempo.
- b) só pode ser anulado por meio de ação popular.
- c) pode ser anulado, no prazo de cinco anos, quando viciado por ilegalidade.
- d) pode ser revogado, em cinco anos, sem que as partes possam invocar direito adquirido.
- e) uma vez praticado, não pode ser revogado.

75- O Secretário da Defesa Civil contrata, após licitação, a compra de uma frota de veículos especializados em retirar neve das estradas. Esse contrato é:

- a) irrevogável, porque obedeceu ao princípio da licitação.
- b) revogável, porque o estado não está obrigado a cumprir os contratos que celebra com particulares.
- c) só pode ser desfeito por determinação legislativa.
- d) só pode ser desconstituído, por ordem judicial.
- e) é nulo por inexistência de motivos.

76- São modalidades de licitação:

- a) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- b) apenas a concorrência e a tomada de preços. Os demais métodos não se inserem no conceito de licitação.
- c) concorrência, nos limites em que é obrigatória.

- d) concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e outros métodos criados em decreto regulamentar.
- e) concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e outras modalidades resultantes da combinação destes métodos.

77- A declaração de nulidade do contrato administrativo:

- a) só pode ser declarada até o início das obras.
- b) opera a partir do ato declaratório, ressalvando-se o que já foi executado.
- c) produz efeito retroativo, desconstituindo os efeitos já produzidos, mas obrigando a Administração a indenizar os prejuízos que o contratante sofreu, desde que a causa da nulidade não lhe seja imputável.
- d) só pode ser declarada por decisão judicial.
- e) só pode ser declarada em ação civil pública.

78- Considera-se em disponibilidade, o servidor:

- a) posto à disposição de outro órgão público.
- b) ocupante de vaga aberta por servidor estável, cuja demissão foi invalidada por sentença judicial.
- c) em licença para tratamento de saúde.
- d) punido por prevaricação.
- e) em gozo de férias.

79- Nos processos administrativos:

- a) é direito da parte ser intimada de cada ato praticado, ter vista dos autos, obter cópia de documentos e conhecer os fundamentos da decisão e recorrer.
- b) é lícito às partes confiar sua defesa a contador.
- c) dispensa-se o contencioso, que só é obrigatório no processo judicial.
- d) a decisão proferida em segundo grau faz coisa julgada.
- e) a intimação é feita mediante publicação de editais.

80- Assinale a sentença correta.

- a) O agente público é, sempre, responsável pelos danos que nessa qualidade vier a causar a terceiros.
- b) O agente público não responde, em qualquer hipótese, pelos danos que, no exercício de sua função, causar a terceiros.
- c) Os danos causados a terceiros, na execução de serviços públicos, devem ser indenizados pelos beneficiários de tais serviços.
- d) O Estado e as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos, respondem pelos danos causados a terceiros por seus agentes, no exercício de suas funções, assegurado o direito de regresso, em caso de dolo ou culpa.
- e) O Estado responde pelos danos causados por seus agentes, na execução de serviços públicos, descontando destes, automaticamente os valores que depender no pagamento de indenizações.

81- Marque a assertiva correta.

- a) Consideram-se bens públicos apenas aqueles que podem ser utilizados livremente pelo público em geral.
- b) Os bens públicos de uso especial são inalienáveis e não podem ser adquiridos por usucapião.
- c) A venda de bens dominicais depende de autorização legislativa específica.
- d) Todos os bens públicos são inalienáveis.
- e) A alienação de bens de uso especial depende de autorização passada por decreto executivo.

82- Os bens públicos de uso especial são inalienáveis, porque:

- a) não podem ser vendidos em hipótese alguma.
- b) só podem ser vendidos mediante licitação pública.
- c) podem ser alienados, se uma comissão nomeada pelo chefe do executivo atestar sua desnecessidade.
- d) sua alienação depende de sentença passada em julgado.
- e) só podem ser vendidos após desafetados por lei.

83- O imóvel desapropriado por utilidade pública:

- a) torna-se bem patrimonial e pode ser vendido livremente.
- b) se não tiver o destino para o qual foi desapropriado deve ser oferecido ao expropriado, por preço atual.
- c) integra-se ao patrimônio estatal e não pode ser vendido a particulares, no prazo de quinze anos.
- d) pode ser reivindicado pelo expropriado, caso não seja utilizado, em três anos, para o fim que justificou a expropriação.
- e) não pode ser vendido a outra pessoa, que não o expropriado.

84- Para construir uma estação de metrô, o Distrito Federal necessita ocupar, temporariamente, terreno particular adjacente, para nele implantar o canteiro de obras. Tal ocupação:

- a) depende de autorização legislativa específica.
- b) pressupõe indenização prévia, judicialmente arbitrada.
- c) constituirá desapropriação temporária e que deve ser antecedida por declaração de utilidade pública.
- d) configura requisição administrativa cuja indenização pode ser feita *a posteriori*.
- e) deve resultar de convênio, homologado pelo Tribunal de Contas.

85- As terras devolutas:

- a) pertencem aos municípios.
- b) constituem *res nullius*.
- c) pertencem ao Estado, ressalvadas aquelas definidas por lei, como pertencentes à União Federal.
- d) pertencem aos proprietários dos terrenos adjacentes.
- e) constituem território reservado à preservação ambiental.

86- Desapropriação indireta é:

- a) a expropriação efetuada pela União, para que o imóvel seja utilizado por Estado, Município ou pelo Distrito Federal.
- b) o ingresso da Administração na posse do imóvel, com pagamento de indenização provisória.
- c) aquela em que a indenização é feita mediante títulos da dívida pública.
- d) o esbulho praticado pelo Estado, sem justo título, para implantar no imóvel esbulhado um serviço público.
- e) a implantação, em imóvel particular de estradas ou condutores de eletricidade ou outras utilidades de consumo público.

87- Os procuradores do Distrito Federal:

- a) estão habilitados a postular em defesa dessa unidade federada, por efeito da investidura no cargo, independentemente de inscrição na OAB.
- b) devem, obrigatoriamente, manter inscrição na OAB, a cujo estatuto estão subordinados.
- c) embora possam manter inscrição na OAB, não se subordinam ao Estatuto da Advocacia.
- d) são proibidos de manter inscrição na OAB.
- e) não precisam de inscrição na OAB, se exercem função unicamente consultiva.

88- É direito do advogado:

- a) intervir sumariamente, durante o julgamento, para esclarecer equívocos e dúvidas em relação a fatos e documentos, ou para replicar injúrias e acusações que lhe forem assacadas.
- b) suspender o julgamento, sempre que haja dúvidas sobre os fatos da causa.
- c) dirigir a palavra ao juiz, em pé, quando esse o permitir.
- d) proferir sustentação oral, perante os tribunais, desde que o tenha requerido com quarenta e oito horas de antecedência.
- e) usar, durante o julgamento, veste talar, cujo comprimento não pode ultrapassar dois terços da toga reservada aos magistrados.

89- O advogado:

- a) é obrigado a depor, como testemunha, sobre fatos relacionados com causa de que foi patrono.
- b) é obrigado a depor, nos processos que se desenvolvem em segredo de justiça, mesmo sobre fatos de que tenha conhecimento em razão do exercício profissional.
- c) somente pode depor sobre fatos relacionados com processos findos.
- d) pode depor sobre fatos que conhece em razão de fatos relacionados com seu cliente, desde que este lhe dê autorização expressa.
- e) deve recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte.

90- O Advogado de Estado:

- a) deve patrocinar qualquer tese, em favor da Administração, mesmo que já se tenha manifestado contrário a ela.
- b) é obrigado a seguir a orientação técnica ditada pelo advogado-geral.
- c) deve recusar o patrocínio de pretensão que contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente.
- d) não pode emitir parecer reconhecendo a procedência de pedido que traga ônus ao Estado.
- e) submete-se à orientação técnica ministrada pelo Ministério Público.

91- Marque a assertiva correta.

- a) Não há hierarquia entre advogado, agente do Ministério Público e magistrado de qualquer categoria.
- b) Na hierarquia Forense, o advogado coloca-se em igualdade com o Ministério Público, imediatamente abaixo do juiz.
- c) O advogado subordina-se, apenas a desembargadores e ministros de tribunais superiores.
- d) O advogado público tem precedência sobre o causídico particular.
- e) Quando ofendido no exercício profissional, o advogado deve requerer seu desagravo ao presidente do tribunal em cuja jurisdição ocorreu o agravo.

## DIREITO COMERCIAL

92- Uma sociedade de economia mista, exploradora de atividade econômica, denominada Companhia Metropolitana de Transportes, teve sua falência decretada, com base no artigo 1º do Decreto-Lei nº 7.661/45, em face de uma série de cédulas de crédito comercial protestadas por falta de pagamento. A sentença fixou o termo legal em 60 dias antes do primeiro protesto, que se deu no dia 15/12/2003. À luz da situação acima indicada, assinale a opção correta.

- a) A falência não poderia ser decretada, porquanto sociedades de economia mista não estão sujeitas a falência.
- b) O termo legal da falência não pode ser alterado posteriormente, se não houver recurso contra a sentença impugnando a fixação do termo legal.
- c) Contra a sentença declaratória da falência cabe o recurso de apelação no prazo de 15 dias, contados da intimação das partes.
- d) Uma dação em pagamento feita dentro do termo legal, autoriza o ajuizamento de ação revocatória em face dos que figuraram no ato, bem como de eventuais terceiros adquirentes.
- e) Os administradores da sociedade de economia mista continuarão nas suas funções até o final do processo.

93- A Companhia Agrícola Samambaia impetrou pedido de concordata, apresentando toda a documentação legal, sendo deferido o processamento da concordata, mediante despacho publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação. A partir dessa publicação:

- a) continuam normalmente os contratos bilaterais firmados.
- b) não pode mais ser requerida a falência desta, até o final da concordata.
- c) ficam suspensas as execuções fiscais.
- d) inicia-se o prazo para recurso contra tal decisão pelos credores interessados.
- e) as multas fiscais não podem mais ser exigidas.

94- Numa sociedade limitada:

- a) apenas sócios podem ser administradores.
- b) a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, não havendo solidariedade.
- c) o conselho fiscal é obrigatório.
- d) o capital social é dividido em ações.
- e) mesmo após a integralização de todo o capital social, o patrimônio dos sócios pode ser responsabilizado por obrigações da sociedade, no caso da desconsideração da personalidade jurídica.

95- A alienação do estabelecimento empresarial:

- a) transfere automaticamente ao adquirente as obrigações regularmente contabilizadas, exonerando o alienante de qualquer responsabilidade.
- b) impede o alienante de exercer a mesma atividade que exercia anteriormente pelo prazo de cinco anos, em qualquer ponto do território nacional.
- c) não importa sub-rogação no contrato de locação comercial.
- d) não implica a cessão dos créditos relativos à atividade exercida no estabelecimento.
- e) equivale à alienação do imóvel utilizado para o exercício de atividade empresarial.

96- Uma sociedade anônima aberta denominada Banco de Taguatinga S/A, com ações dotadas de alta liquidez e dispersão no mercado, convocou uma assembléia geral para deliberar sobre realização de uma fusão com outro banco.

Nessa situação:

- a) trata-se de assembléia geral ordinária.
- b) caso seja realizada a fusão, ambos os bancos deixarão de existir.
- c) a decisão final será do conselho de administração, que apenas ouve a assembléia geral.
- d) os titulares de ações, sem direito a voto, não podem sequer comparecer à assembléia.
- e) não será necessária assembléia no outro banco.

---

#### DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

97- São imprescritíveis os crimes:

- a) Praticados contra crianças e adolescentes.
- b) Hediondos, de tortura e de tráfico de entorpecentes.
- c) De racismo e os cometidos por grupos com armas contra a ordem constitucional e o estado democrático.
- d) De racismo e de terrorismo.
- e) Cometidos por grupos de extermínio.

98- Deixar de atender a requisição de intervenção federal do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral constitui crime de responsabilidade (Lei nº 1.079/50):

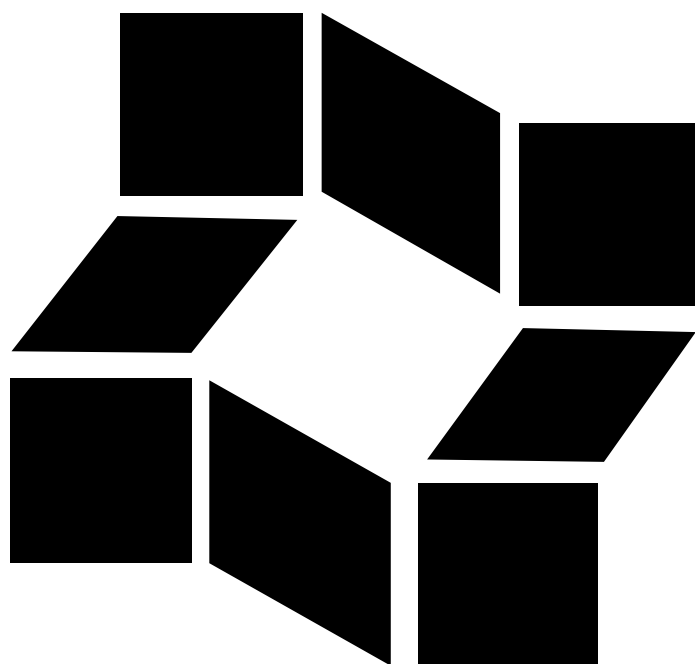
- a) contra a lei orçamentária e segurança interna do país.
- b) de improbidade na administração e livre exercício dos poderes constitucionais.
- c) praticados por sociedades anônimas.
- d) contra decisões judiciais.
- e) praticados pelo Procurador Geral da República.

99- Augusto foi processado e finalmente condenado pelo juiz da Décima Quarta Vara da Justiça Federal, seção de São Paulo, pela prática do crime de homicídio contra sua sogra. A defesa de Augusto interpôs Recurso de Apelação, suscitando em preliminar, exceção declinatória de *forum*. O princípio que norteou a suscitação da preliminar foi:

- a) Do devido processo legal
- b) Do juízo natural
- c) Do contraditório
- d) Da ampla defesa
- e) Da presunção de inocência

100- Para a suspensão condicional do processo, exige-se como requisitos:

- a) que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime e se façam presentes os requisitos do artigo 77 do Código Penal.
- b) que o acusado seja primário e de bons antecedentes.
- c) que o juiz não especifique condições além das contidas no artigo 89, parágrafo primeiro, da Lei nº 9.099/95.
- d) que o acusado se retrate.
- e) que ocorra perdão judicial.



**ESAF**





**CONCURSO PÚBLICO  
PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL**

**GABARITO** (antes dos recursos)

**PROVA OBJETIVA**

(aplicada em 18/04/2004 - DOMINGO)

Questões				
01 - E	21 - A	41 - C	61 - B	81 - B
02 - B	22 - E	42 - D	62 - E	82 - E
03 - A	23 - C	43 - C	63 - A	83 - B
04 - D	24 - D	44 - A	64 - E	84 - D
05 - A	25 - E	45 - B	65 - A	85 - C
06 - E	26 - B	46 - B	66 - C	86 - D
07 - B	27 - D	47 - C	67 - B	87 - B
08 - E	28 - A	48 - C	68 - A	88 - A
09 - A	29 - E	49 - E	69 - D	89 - E
10 - B	30 - C	50 - D	70 - C	90 - C
11 - D	31 - A	51 - B	71 - A	91 - A
12 - B	32 - D	52 - A	72 - E	92 - D
13 - C	33 - B	53 - D	73 - D	93 - A
14 - E	34 - E	54 - D	74 - C	94 - E
15 - C	35 - A	55 - A	75 - E	95 - C
16 - C	36 - E	56 - E	76 - A	96 - B
17 - D	37 - D	57 - D	77 - C	97 - C
18 - E	38 - A	58 - C	78 - B	98 - D
19 - B	39 - D	59 - B	79 - A	99 - B
20 - C	40 - C	60 - C	80 - D	100 - A